

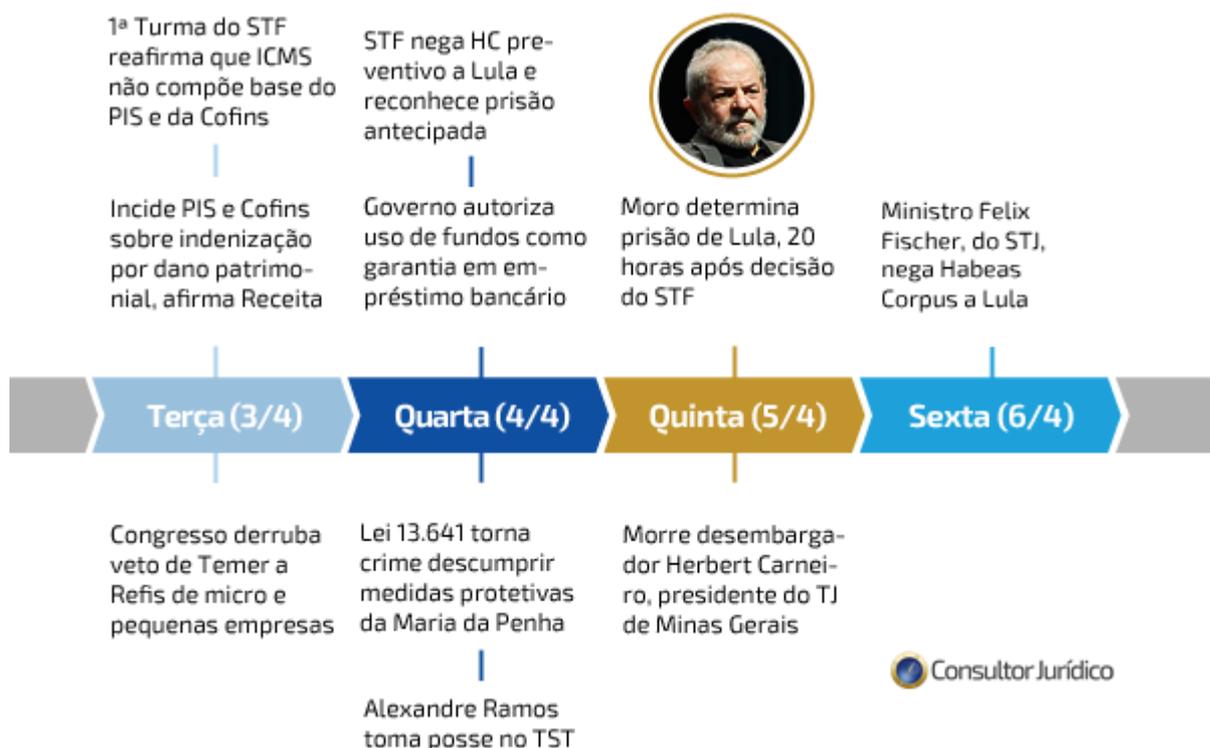
Ordem para prender Lula e tese do STF sobre prisão foram destaque

Com um longo debate e novo placar apertado, o Supremo Tribunal Federal marcou o cenário jurídico, político e eleitoral do país ao reconhecer a execução provisória da pena quando um réu é condenado em segunda instância. Por 6 votos a 5, [a corte rejeitou Habeas Corpus ao ex-presidente Lula \(PT\)](#) e considerou possível antecipar a medida antes do trânsito em julgado.

Menos de 20 horas depois, o juiz federal Sergio Moro [decretou a prisão de Lula](#). Ele considerou que, embora ainda caibam embargos de declaração contra a última decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o recurso é uma “patologia protelatória e que deveria ser eliminada do mundo jurídico”.

A decisão fixou prazo para entrega voluntária até as 17h — até a noite desta sexta-feira (6/4), no entanto, Lula continuava na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. O ministro Felix Fischer, do Superior

[Tribunal de Justiça](#) do Rio de Janeiro, nega Habeas Corpus a Lula



Julgamento no STF

O voto que centralizou as atenções na sessão do STF foi o da [ministra Rosa Weber](#): ela reconheceu que a execução antecipada pode ser inconstitucional, mas, alegando respeito ao posicionamento do colegiado, acompanhou o relator.

Para o [ministro Edson Fachin](#), aceitar a execução provisória da pena não significa que a corte tenha sucumbido “aos anseios de uma criticável sociedade punitivista, comprimindo direitos humanos num

ambiente de histeria”, pois a busca pela racionalidade do sistema penal passa pela compreensão dos direitos humanos sob outra perspectiva.

Vice-decano, o [ministro Marco Aurélio](#), declarou durante a sessão que “venceu a estratégia”. Ele é relator das ações que pedem a declaração de constitucionalidade do artigo 283 do Código de Processo Penal, que proíbe a execução da pena de prisão antes do trânsito em julgado. O caso foi liberado para julgamento pelo Plenário em dezembro de 2017. mas a presidente Cármen Lúcia se recusa a autá-lo.

SIM						
	Edson Fachin	Cármen Lúcia	Rosa Weber	Luiz Fux	Luís Roberto Barroso	Alexandre de Moraes
NÃO						
	Celso de Mello	Marco Aurélio	Gilmar Mendes	Ricardo Lewandowski	Dias Toffoli	

Direito Tributário

Além do caso Lula, o STF reafirmou que o ICMS, por não compor faturamento ou receita bruta das empresas, deve ser excluído da base de cálculo do PIS e da Cofins. A [decisão foi proferida pela 1ª Turma](#) ao analisar 25 processos e rejeitar recurso da Fazenda Nacional.

Presunção de inocência

Reportagem do jornalista **Sérgio Rodas** mostra a [rotina de dois advogados](#) que costumam atuar em comunidades do Rio de Janeiro, mesmo antes da intervenção federal decretada pelo governo Michel Temer (MDB). Eles contam dificuldades de clientes e declaram que nunca existiu presunção de inocência nas favelas.

ENTREVISTAS DA SEMANA

Spacca



O advogado **Sérgio Bermudes**, que participou dos bastidores de momentos

definidores do país e está prestes a completar 50 anos de carreira, conta experiências em entrevistas divididas em duas partes: [na primeira](#), defende a advocacia como profissão fundamental à democracia. [Na segunda publicação](#), conta memórias e explica por que foi relevante a vitória na esfera cível no caso do assassinato do jornalista Vladimir Herzog, durante o regime militar.

A **ConJur** publicou entrevista com os três candidatos ao Ministério Público de São Paulo: [Gianpaolo Poggio Smanio](#), [Valderez Deusdedit Abbud](#) e [Marcio Sérgio Christino](#). Cerca de 2 mil promotores e procuradores de Justiça devem indicar o preferido neste sábado (7/4), mas quem definirá o nome é o novo governador Márcio França (PSB).



Audiência

De 30/3 a 5/4



3,3 milhões

número de visualizações
de página na ConJur



1,3 milhão

número de visitantes
na página

Fonte: Google Analytics

RANKING

A publicação mais lida da semana na **ConJur**, com 301,9 mil acessos, foi a [coluna *Limite Penal*](#) sobre o pedido de HC do ex-presidente Lula, antes da análise no Supremo. O juiz e professor Alexandre Moraes da Rosa analisou o que poderia ocorrer com o julgamento. Para ele, a corte iria denegar a ordem, mas preservaria o efeito suspensivo do Superior Tribunal de Justiça, por apertada maioria.

Com 57,5 mil visitas, a segunda notícia do ranking relata [reforma na estrutura administrativa](#) do Tribunal de Justiça de São Paulo. O presidente, desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças, reduziu o número de secretarias e extinguiu cargos dispendiosos de chefia.



As dez mais lidas

[Coluna “Limite Penal”: O Habeas Corpus de Lula no Supremo: vai perder, mas vai ganhar](#)

[TJ-SP faz reforma administrativa e pretende poupar R\\$ 500 mi](#)

[Lenio Streck: A presunção da inocência e 10 pontos para \(não\) jejuar](#)

[Coluna “Senso Incomum”: Faltam palavras? Em liquidação, duas: “colegialidade e presunção”](#)

[CNJ autoriza cartórios a fazer mediação e conciliação de conflitos](#)

[“Venceu a estratégia”, diz Marco Aurélio, sobre execução antecipada da pena](#)

[José Afonso da Silva critica prisão antecipada em parecer, a pedido de Lula](#)

[Veja o que dez constitucionalistas dizem sobre execução provisória da pena](#)

[Gustavo Badaró: É temerário admitir que o STF pode “criar” um novo conceito de trânsito em julgado](#)

[Maria Berenice Dias: Finalmente, alienação parental é motivo para prisão](#)

Manchetes da Semana

[Ministro Felix Fischer nega HC contra prisão do ex-presidente Lula](#)

[Horas após decisão do STF, juiz Sergio Moro ordena prisão de Lula](#)

[STF nega HC a Lula e reafirma execução antecipada da pena de prisão](#)

[Direito de companhia a herança prevalece em relação a parentes colaterais, diz STJ](#)

[Aceitar prisão antecipada não é sucumbir ao punitivismo, afirma Fachin](#)

[Para Receita, incide PIS e Cofins sobre indenização por dano patrimonial](#)

[Veja o que os membros do Supremo já declararam sobre prisão antecipada](#)

[Supremo reafirma que ICMS não compõe base de cálculo do PIS e da Cofins](#)

[É nula prova quando réu é obrigado a atender celular no viva-voz, diz STJ](#)

[“Nunca existiu presunção de inocência nas favelas”, dizem advogados do Rio](#)

[Receita afirma que PFGN prejudica contribuinte ao diminuir prazo para regularização](#)

[Advogado não pode ser responsabilizado por opinião em parecer](#)

[Entrevista – Sérgio Bermudes: “Não tenho suprema volúpia da vaidade, mas só tenho razões para ser modesto”](#)

[Barroso manda soltar aliados de Temer depois de depoimentos a delegado](#)

[CNJ autoriza cartórios extrajudiciais a fazer mediação e conciliação de conflitos](#)

Date Created

07/04/2018